

# O Sonho e a Realidade

Não tem precedente no país a amplitude dos temas encaminhados pelo presidente da República ao Congresso Nacional para debate. A discussão terá de ser mais profunda e ordenada do que a Constituinte fez com os problemas nacionais. Nela, não houve propriamente debate, mas repetição do que vem sendo dito na segunda metade do século, sem resultado. A Constituição de 88 acabou se tornando um depósito de todos os lugares-comuns do atraso nacional, com tinturas nacionalistas e estatizantes simulando tratamento de esquerda.

Na Constituinte prevaleceu a vontade do PMDB, que é desinteressado de aprofundar discussões. O seu ramo de atividades políticas é fugir ao debate para não se desgastar. Depois de vinte anos de autoritarismo, formou-se na representação política uma espécie de unanimidade pelo vácuo de idéias: esquerda, direita e liberais ficaram de acordo em relação ao atraso que interessa a todos. A modernidade só encontra vozes isoladas para defendê-la. A maioria modorrava na Constituinte com a retórica de direitos sociais, sem dispensar atenção aos recursos que os viabilizem.

O resultado não se fez esperar: quando a Constituição foi promulgada depois de dois anos de acomodação de interesses, mediante troca de favores, revelou-se o seu teor de irrealismo. Não podia garantir direitos que ignoraram a realidade econômica e social.

O grande mérito do conjunto de medidas que o governo Collor apresenta como visão moderna da sociedade e do Estado é que obrigará o Congresso a pensar. A sonolência representativa levará um susto quando se dispuser a conferir a variedade do que o governo lançou à discussão. Ninguém pode, no entanto, se iludir: a reação vai

demorar o mais que os deputados e senadores puderem fazer para retardá-la.

Para o Congresso, é só uma questão de prestígio. Se conseguir esquivar-se, a representação desconhecerá o conteúdo das propostas e não opinará. A diferença, porém, é que a situação nacional apressa um desfecho que não pode ser adiado indefinidamente. O presidente da República encontrou no primeiro ano do seu mandato uma resistência feroz e preconceituosa ao que ele anunciou na campanha eleitoral como compromisso. Se venceu por dois turnos e alcançou maioria absoluta de votos, foi porque o eleitorado se reconheceu nas idéias e propostas de modernização. A iniciativa de chamar a debate os mesmos temas, agora com projetos que avançam objetivamente, encosta as forças do atraso contra a parede dentro do Congresso.

Vai ficar claro que o Executivo quer mudanças e faz as propostas da sua convicção para que o Congresso e a sociedade digam o que pensam e apresentem as suas divergências. Será indispensável descer ao fundo das questões. A discussão vai deixar despido quem quiser tergiversar. É provável que não se desmonte o mecanismo de má vontade e preconceito que se opõe à modernidade, mas é certo que a sociedade e a representação serão sacudidas em sua inércia e na superficialidade com que costumam discutir conceitos. O lugar-comum é cômodo para modorrar, mas não resolve problemas. O PMDB e a Constituinte foram a última tentativa de opor o passado à modernidade.

Não importa que a empreitada seja maior do que a capacidade do governo para realizá-la. Por isso ele convocou a nação para debater as propostas em todos os seus ângulos. Não é tarefa só para o governo, mas para a nação inteira.